

PRÁTICAS DE ENFRENTAMENTO AO ESTIGMA E PRECONCEITO VIVIDOS POR MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA¹

Amanda Carolina Otramar²

Resumo: o presente artigo tem como objetivo averiguar quais formas de estigmas e preconceitos são expressos nos atendimentos às mulheres vítimas de violência doméstica, a fim de conhecer possibilidades de práticas mais humanizadas de enfrentamento a essas questões dentro das políticas públicas. A metodologia utilizada foi de caráter exploratório e qualitativo, empregando como instrumento de coleta de dados um roteiro de perguntas abertas. Os resultados obtidos serão expostos através de três itens de análise: o primeiro aponta as formas de expressão do estigma e do preconceito; o segundo indica como vem sendo realizado o enfrentamento do estigma e do preconceito no cenário da violência contra a mulher; e o terceiro reflete acerca de possibilidades de atendimentos mais humanizados que vêm sendo utilizados quando as mulheres acessam as políticas públicas. Assim sendo, evidencia-se a importância de uma rede de atendimento preparada e qualificada para atuar nas questões de estigma e preconceito que afetam a mulher, vislumbrando-a como um ser humano total de direitos, podendo, então, garantir a emancipação, autonomia, segurança, qualidade de vida e fortalecimento da vítima para se desvincular das situações traumáticas vivenciadas.

Palavras-Chave: violência doméstica; mulher; estigma; preconceito; políticas públicas.

Introdução

O presente artigo apresenta como tema principal “O estigma e o preconceito a mulheres vítimas de violência doméstica no Brasil”. A violência praticada contra a mulher perpassa pela sociedade e pelo contexto familiar desde o início dos tempos, gerando desigualdade entre homens e mulheres e, em consequência disso, materializa-se o estigma e preconceito em relação ao gênero feminino. Conforme Scott (1995), essas interpretações supracitadas limitam conceitos de gênero em relação aos papéis domésticos no âmbito familiar. Ou seja, designa-se os papéis domésticos como algo destinado somente às mulheres. Cria-se, assim, um pensamento conservador de que a mulher deve apenas cuidar da casa e “obedecer ao homem” resultando à figura feminina um papel de submissão.

A violência doméstica se caracteriza de várias formas: física, psicológica, sexual, patrimonial, moral, entre outras. Além de a mulher sofrer com essas variadas formas de agressão, na maioria das vezes, ela é submetida a situações ainda mais agravantes quando decide procurar ajuda. Nesse sentido, sabe-se que a mulher vivencia situações de preconceitos e estigmas nos serviços de atendimento à saúde, assistência social e segurança,

¹ Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso, no Curso de Serviço Social da Universidade de Passo Fundo, no semestre 2021/2, sob orientação da professora Dra. Giovana Henrich.

² Acadêmica do Curso de Serviço Social da UPF, e-mail 174734@upf.br.

culpabilizando-a porque sofreu/sofre violência, o que acaba gerando situações ainda mais humilhantes e violadoras de direitos.

Esse estudo possui como problema de pesquisa a seguinte questão: quais as formas mais humanizadas de enfrentamento ao estigma e o preconceito presentes no cotidiano de mulheres vítimas de violência doméstica quando acessam as políticas públicas?

A temática relativa a esse problema de pesquisa possui poucos estudos produzidos e, por isso, espera-se contribuir para o esclarecimento mais aprofundado do enfrentamento ao estigma e ao preconceito vividos pelas vítimas de violência doméstica quando acessam as políticas públicas, demonstrando, assim, sua relevância. Além disso, espera-se elencar novas possibilidades de enfrentamento do estigma e do preconceito e chamar atenção para atendimentos mais humanizados dentro dos serviços, fazendo com que as mulheres se sintam mais protegidas e confortáveis no acesso às políticas públicas, o que evita situações revitimizantes e traumáticas após a violência.

O artigo estrutura-se em cinco tópicos. O primeiro desenvolveu-se a partir dos pressupostos conceituais juntamente com a fundamentação teórica que deu base para a proposição do estudo. No segundo apresenta-se a condução metodológica do estudo abordando o tipo de pesquisa desenvolvida, as formas seleção das fontes, as fontes selecionadas, a sistematização e a análise dos dados. O terceiro tópico focou na apresentação dos dados coletados para, em seguida, no quarto item, analisar e discutir o tema considerando os resultados obtidos. Por fim, nas considerações finais, buscou-se responder o problema central do texto apontando novas perspectivas de enfrentamento humanizado.

1 Objetivos e pressupostos conceituais da pesquisa: por onde caminhamos.

A pesquisa que originou esse artigo é fruto da vivência do Estágio Obrigatório em Serviço Social realizado no CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) do município de Carazinho. Durante o período de aprendizagem foram realizados atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica conjuntamente com a Assistente Social da Instituição. No decorrer dos atendimentos, as vítimas traziam em suas falas frases de estigma e de preconceitos ouvidas dentro dos órgãos de proteção à mulher, a exemplo da Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento (Polícia Civil) do município mencionado acima. Algumas das frases manifestadas pelas usuárias assistidas pelo CREAS eram: “você sempre

pensam que eles vão mudar”, “depois dos filhos só piora” ou “essa apanha porque gosta”. (Usuária³ do CREAS, 30 anos)

A partir disso, surgiu a ideia de construir uma pesquisa com o seguinte objetivo geral: Identificar, em estudos bibliográficos brasileiros, as formas de enfrentamento ao estigma e ao preconceito presentes no cotidiano de mulheres vítimas de violência doméstica quando acessam as políticas, a fim de problematizar possibilidades de uma atuação humanizada e condizente com a realidade das mulheres.

Além do objetivo geral, também foram elencados três objetivos específicos: “Verificar de que forma o estigma e o preconceito são expressos em se tratando de mulheres vítimas de violência doméstica”; “Identificar como vem sendo feito o enfrentamento do estigma e do preconceito de mulheres vítimas de violência doméstica” e “Ampliar o conhecimento teórico sobre o enfrentamento do estigma e do preconceito sofrido por mulheres vítimas de violência doméstica, a fim de apontar possibilidades de atendimentos de forma mais humanizada”. Esses objetivos delimitaram o foco da pesquisa, permitindo que a mesma se efetivasse.

Para o embasamento do estudo, foram elencados conceitos centrais enquanto referência para as primeiras reflexões: estigma, preconceito, patriarcalismo e violência doméstica.

Ao tratar do estigma, nota-se que ele se faz presente em meio a nossa realidade, passando de geração em geração, a partir de mecanismos que elencam as pessoas em categorias, de modo a inferiorizá-las. O autor Goffman (1981), expõe o estigma como algo depreciativo em relação à pessoa que o sofrerá. O indivíduo que é estigmatizado passa a ter sentimentos de não pertencimento, comparando-se com a sociedade e identificando-se como “anormal” perante essa, acaba, então, por ser excluído em função de suas diferenças categorizadas pelo grupo ou de suas fragilidades.

Relacionando com a realidade das mulheres que sofrem violência doméstica, pode-se dizer que, além de serem violentadas fisicamente, são alvos de palavras duras como “apanhou porque mereceu”, ou “apanha porque gosta” em diversos lugares, como no âmbito familiar, espaços públicos e, em algumas vezes, nas próprias redes de enfrentamento à violência contra a mulher. Todo esse processo de estigmatização gera na vítima sentimentos de inferiorização, de incapacidade de sair do ciclo de violência, de dependência e de vergonha. Em

³ Em virtude dos cuidados éticos, não se identificou o nome da usuária com a qual se teve contato durante o período de estágio em Serviço Social.

consequência dessas situações vivenciadas pela mulher, observa-se, inclusive, danos à sua saúde, especialmente psicológicos.

O estigma surge em decorrência ao preconceito. A autora Marilena Chaui (1996/1997) define preconceito como “conjunto de crenças, valores, saberes, atitudes que julgamos naturais, transmitidos de geração em geração sem questionamentos, e nos dá a possibilidade de avaliar e julgar positiva ou negativamente “coisas e seres humanos” (CHAUI, 1996/1997, p. 116). Além disso, o preconceito dos homens em relação às mulheres, passado de geração em geração, faz com que esses criem pensamentos conservadores, como o de que a mulher deve ser submissa aos seus desejos. Caso contrário, materializam-se diversas formas de violência doméstica.

A violência doméstica denominada por Silva et al (2017, p. 97) é todo ato que acontece entre pessoas que possuem ou já tiveram relações afetivas-sexuais. A violência, mesmo em relações findadas, deixa marcas profundas, permanecendo sentimentos como mágoa e ressentimento, constituindo dependência psicológica e impedindo a vítima de sair do ciclo de violência.

A violência doméstica perpassa toda a história, traduzindo a imagem da mulher como a pessoa que cuida da casa e dos filhos, o homem, por sua vez, a pessoa que trabalha fora e busca o sustento (dinheiro) da família. Essa visão naturaliza a perspectiva de a mulher ocupar lugares menos favorecidos que os homens, refletindo efeitos de submissão, principalmente a dependência financeira. Na lógica desses pensamentos conservadores, fortaleceu-se a cultura patriarcalista e machista, que ainda se faz presente em nossa sociedade atual.

O patriarcalismo é definido, segundo Barreto, como:

[...] uma estrutura sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. É caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre mulheres e filhos no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura. Nesse sentido, o patriarcado funda a estrutura da sociedade e recebe reforço institucional, nesse contexto, relacionamentos interpessoais e personalidade são marcados pela dominação e violência. (BARRETO, 2004, p. 01).

Atualmente, esse preconceito não deixa de se fazer presente em nossas realidades. E tal cenário justifica-se pelo fato de a mulher ser mulher, fazendo com que essa seja colocada em um lugar mais fraco em relação à figura masculina. Assim, por meio dessas situações que

levam a mulher a ser submissa ao homem, surgem dificuldades ao se buscar e ao se ocupar lugares que garantam igualdade na relação entre gêneros.

A submissão é fruto da violência de gênero, a autora Araújo (2018, p. 03) explica que a submissão se reproduz em relações que tenham poder como categorias de classe, de raça e de gênero. Expressa uma forma singular de violência, a qual concede aos homens o direito de controlar (dominar) a figura feminina.

Araújo (2008), a partir dessa lógica, vislumbra a cultura patriarcal como um dos fatores principais geradores da violência de gênero, legitimando a desigualdade entre homens e mulheres. A sociedade em que vivemos nos mostra isso de diversas formas, a exemplo de homens e mulheres desempenhando papéis iguais, e, ainda assim, mulheres recebendo menos pelo seu trabalho. Pode-se caracterizar o exemplo mencionado acima como uma forma de preconceito em relação ao gênero feminino.

O preconceito define-se através de pré-conceitos utilizados de forma discriminatória, desprezando as crenças, gostos, estilos, gênero, raça, entre outros aspectos. O autor Gordon Allport (1954) menciona que o preconceito é “[...] uma atitude hostil contra um indivíduo, simplesmente porque ele pertence a um grupo desvalorizado socialmente”. (ALLPORT, 1954 apud LIMA; VALA, 2004 p. 402).

Ressalta-se, assim, que enfrentar o preconceito é um grande desafio das mulheres vítimas de violência a ser encarado todos os dias. Vivencia-se uma sociedade machista na qual a mulher torna-se o principal alvo de pensamentos conservadores. Em consequência disso, deve-se tentar ao máximo construir processos de resistência elucidando questões de estigma, preconceito e violência doméstica, a fim de demonstrar a todos que nos rodeiam a seriedade do assunto, que pode ser fatal se não prevenido e enfrentado.

2 Percurso metodológico da pesquisa

A pesquisa desenvolvida é de natureza exploratória, considerando seus objetivos e tendo em vista que possibilitou a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema “estigma e preconceito relacionados a mulheres vítimas de violência doméstica”. Segundo Santos, “[...]a pesquisa exploratória é quase sempre feita como levantamento bibliográfico, entrevista com profissionais que estudam/atuam na área, visitas, websites, etc”. (SANTOS, 2000, p. 26). Assim, teve-se como pretensão investigar como o estigma e o preconceito são

expressos, como são enfrentados e sugerir novas possibilidades de atendimentos mais humanizados em relação às mulheres vítimas.

Ademais, a pesquisa também foi classificada como qualitativa. Conforme Santos, "Qualitativa é aquela pesquisa cujos dados só fazem sentido através de um tratamento lógico secundário, feito pelo pesquisador. (SANTOS, 2000, p. 04). Realizou-se a análise de aspectos subjetivos, sobretudo, do comportamento humano que decorre em função do tempo e da cultura. Desse modo, buscou-se discutir o comportamento de profissionais que trabalham na rede de apoio e de pessoas do cotidiano da mulher, praticantes do estigma e do preconceito em relação à vítima, observando-se as melhores formas de enfrentamento da mazela.

A pesquisa também se denomina pesquisa bibliográfica. Santos refere sobre esse tipo de pesquisa que: "[...] contém informações já elaboradas e publicadas por autores é uma bibliografia". (SANTOS, 2000, p. 29), certificando-se uma efetiva fundamentação teórica. Além disso, a pesquisa bibliográfica "[...] constitui-se numa preciosa fonte de informações, com dados já organizados e analisados. Na atualidade, praticamente qualquer necessidade humana, conhecida ou pressentida, possui algo prescrito a seu respeito.". (SANTOS, 2000, p. 31). Assim, a pesquisa foi feita a partir de artigos e dissertações sobre o tema.

A localização e seleção das fontes foi realizada tendo como base as seguintes palavras chaves: violência doméstica, mulher, estigma, preconceito e políticas públicas. Inicialmente, a pesquisa foi realizada no site Capes onde não se obteve sucesso na localização de referências. A partir disso, utilizou-se outra plataforma de pesquisa, o Google Acadêmico, no qual foram selecionados 12 artigos e dissertações que mais respondiam aos objetivos específicos da pesquisa, observando-se o critério de datas mais recentes de publicação sobre o assunto. Desses 12, a partir da leitura e estudo detalhado dos mesmos, elegeu-se 7 referências (cinco artigos e duas dissertações de mestrado) para síntese qualitativa. A seguir apresenta-se o quadro das fontes selecionadas:

Quadro 1 - Artigos e Dissertações fontes de coleta de dados

Título	Ano	Autor	Tipo de publicação
Percepções dos profissionais de uma rede intersetorial sobre o atendimento a mulheres em situação de violência	2017	Elisabeth Meloni Vieira	Artigo

O estigma sofrido por mulheres vítimas de violência doméstica	2016	Saete T. dos Santos	Artigo
Violência doméstica: as possibilidades e os limites de enfrentamento	2011	Angelina Lettiere	Artigo
Temas médico-sociais e a intervenção em saúde: a violência contra mulheres no discurso dos profissionais	2011	Ligia Bittencourt Kiss	Artigo
Preconceito e Discriminação: As Bases da Violência Contra a Mulher	2010	Sérgio Gomes da Silva	Artigo
Processos de estigmatização e de enfrentamento à violência conjugal vivenciado por mulheres	2019	Natacha Farias Xavier	Dissertação
Violência de Gênero e Saúde: O Atendimento a Mulheres em Situação de Violência Doméstica Em Um Hospital de Urgência Teresina	2017	Alba Valéria de Sousa Batista	Dissertação

Fonte: Sistematização produzida pela autora, 2021.

Desse modo, a partir de um roteiro de coleta de dados apresentado a seguir, localizaram-se as respostas que se traduzem em resultados da pesquisa, que passam a ser indicados no próximo item desse artigo.

Quadro 2 - Perguntas do roteiro de coletas de dados

OBJETIVO DE PESQUISA 1: Verificar de que forma o estigma e o preconceito são expressos, quando se trata de mulheres vítimas de violência doméstica;
Perguntas que responderam ao Objetivo 1: - Segundo o/a autor/a, como se configura o estigma e o preconceito relacionado às mulheres vítimas de violência doméstica?
OBJETIVO DE PESQUISA 2: Identificar como vem sendo feito o enfrentamento do estigma e preconceito de mulheres vítimas de violência doméstica;

Perguntas que responderam ao Objetivo 2:

- O que os/as autores/as indicam como ações preventivas/educativas para o enfrentamento do estigma e preconceito cometido contra as mulheres vítimas de violência doméstica?
- O que os/as autores/as indicam como ações de rompimento de processos de violência doméstica contra a mulher em relação ao estigma e preconceito?
- Segundo os/as autores/as, quais políticas públicas são utilizadas para o enfrentamento do estigma e do preconceito em relação às mulheres que sofrem violência doméstica?

OBJETIVO DE PESQUISA 3:

Ampliar o conhecimento teórico sobre o enfrentamento do estigma e preconceito de mulheres vítimas de violência doméstica de forma mais humanizada.

Perguntas que responderam Objetivo 3:

- Como o/a autor/a, refere ser possível enfrentar o estigma e o preconceito relacionado aos processos de violência doméstica vividos por mulheres?
- Segundo a/o autor/a, quais os fatores que levam as pessoas a praticarem o estigma e o preconceito contra as mulheres vítimas de violência?
- Segundo a/o autor/a, quais os processos que devem ser construídos para a realização de um atendimento mais humanizado às mulheres vítimas de violência doméstica?

Fonte: Sistematização de dados pela autora, 2021.

Após a coleta de dados, as informações localizadas passaram a ser tratadas e organizadas de modo a constituírem resultados de pesquisa, conforme apresentado no item que segue.

3 Apresentação dos resultados da pesquisa

Os resultados que aqui se apresentam são fruto de um processo de análise qualitativa dos dados de pesquisa coletados. Conforme Minayo,

[...] nessa fase devemos tentar desvendar o conteúdo subjacente ao que está sendo manifesto. Sem excluir as informações estatísticas, nossa busca deve se voltar, por exemplo, para ideologias, tendências e outras determinações características dos fenômenos que estamos analisando. (MINAYO, 2001, p. 76).

Os resultados foram organizados a partir de cada um dos objetivos específicos da pesquisa. Assim, cada um dos itens aqui construídos representa respostas localizadas nos textos estudados e indicados no quadro 1, oferecendo subsídios teóricos para o que se almejava ao longo do estudo.

3.1 Os estigmas e preconceitos expressos em relação à mulher vítima de violência doméstica

Nesse momento, são apresentados os resultados de pesquisa que indicam quais as formas de estigmas e de preconceitos materializados contra a mulher vítima de violência doméstica. Os autores destacados para esse estudo problematizam e aprofundam esses conceitos.

Os estigmas e preconceitos praticados contra as mulheres vítimas de violência doméstica são considerados tipos de violência que potencializam os danos à saúde da mulher. Nesse sentido, sabe-se que os estigmas e preconceitos se caracterizam como práticas de agressões psicológicas, e, além disso, estão atrelados a todas as formas de violência praticadas contra a mulher. Isso ocorre porque, em nossa sociedade, homens e mulheres, muitas vezes, crescem em contextos conservadores, e, a partir disso, passam a acreditar que esse pensamento seja natural. De acordo com Silva:

Do nosso ponto de vista, não compreendemos a violência contra as mulheres apenas como um ou vários atos sistematizados de agressão contra o seu corpo, seja da ordem do abuso sexual, seja do espancamento, da tortura física ou psicológica. No nosso entender, a violência que a mulher sofre está no seu dia a dia, incorporada e enraizada no imaginário social coletivo da nossa sociedade, de homens, mas também de mulheres, que legitimam a subordinação do sujeito feminino ao domínio do poder masculino” (SILVA, 2010, p.560).

Silva (2010), por sua vez, expressa que além da violência contra as mulheres, que estamos acostumados a presenciar, há outras violências praticadas, como o próprio mascaramento das linguagens usadas contra o gênero oprimido. Por exemplo, palavras de duplo sentido, criando estereótipos à figura feminina, expressando, assim, estigmas, preconceitos e disseminação de sentimentos de inferioridade. A autora Santos (2016), em concordância com Silva (2010), traz reflexões sobre a submissão como sinônimo de inferioridade gerado nas vítimas perante aos homens:

A submissão feminina permaneceu em todas as etapas da história da humanidade, instituindo uma cultura onde a visão que se tem é que existem papéis distintos entre homens e mulheres, legitimando, muitas vezes, a inferioridade da mulher. Por estar arraigada esta posição de subordinação, muitas mulheres sentiam-se incapazes de delatar seus sofrimentos porque acreditavam serem as únicas a vivenciar a violência doméstica. (BIELLA, 2005 apud SANTOS, 2016, p. 03).

Quando instigado o sentimento de inferioridade nas vítimas, consequência de estigma e preconceito, dificilmente as mesmas falam sobre seus sofrimentos e angústias, dificultando o processo de intervenção. Silva manifesta-se em relação à efetivação preconceito no cotidiano das mulheres:

[...]o preconceito em relação às mulheres opera através da interpenetração dos eixos sexo/ gênero, raça/etnia, e classe social. Esses eixos fundamentam e constituem a base de toda organização social onde se dão as práticas de dominação, discriminação e preconceito, sendo a violência uma consequência direta da imbricação entre elas. (SILVA, 2010, p. 565).

O preconceito causa, juntamente com o estigma, consequências como a exclusão dessas mulheres. Silva (2010) infere que o preconceito se associa à exclusão da vítima, pois, a mulher vítima de preconceito, geralmente, não possui certos padrões para se encaixar na sociedade. Esses atributos podem ser impostos tanto por homens quanto pelas próprias mulheres. Ao sofrer violência doméstica, materializa-se o julgamento e a exclusão, já que essas situações são consideradas vergonhosas.

No momento em que o preconceito vai transpassando o cotidiano em diversas formas e se associando às atitudes das mulheres, a sociedade machista passa a vê-las como indesejadas, que fogem de padrões preestabelecidos. Silva (2010) ressalta que a sociedade possui uma imagem da mulher como objeto, a qual o homem pode consumir e moldar como desejar, caso contrário, converte-se em motivos de preconceito e exclusão em relação a ela.

A violência doméstica inicia-se, demasiadas vezes, porque, além de o homem objetificar a mulher, coloca-a em posição de não ter voz, de autoaceitação de opiniões estigmatizantes a seu respeito perante a sociedade. A cada dia que passa, esses estigmas se materializam na sociedade. Se, antigamente, os estigmas partiam da visão de que a mulher tinha apenas que cuidar da casa e dos filhos, hoje, isso se reproduz de outras formas. Por exemplo, a mulher, hoje, mesmo ocupando iguais espaços de trabalho do homem, vive a disparidade de renda, e, além de acumular funções no trabalho, desempenha jornadas triplas, o que inclui maternidade e atividades domésticas, sem ao menos receber por isso. Ou seja, os estigmas mudam suas formas de materialização, mas continuam inferiorizando a mulher. Santos (2016) menciona em suas reflexões como o estigma vem sendo expresso na atualidade:

Na atualidade, o termo estigma vem sendo usado com um sentido semelhante ao original, referindo-se porém, a condição social das mulheres vítimas de violência doméstica levadas ao descrédito por seus agressores perante sua família e ao meio ao

qual ela pertence. Trata-se, portanto, da marca social de inferioridade. Esse descrédito social resulta de julgamentos mais ou menos consensuais das pessoas da comunidade na qual ocorre esse fenômeno. (SANTOS, 2016, p. 06).

O estigma pode ser praticado dentro do âmbito familiar, na comunidade em que essa vítima reside, e em serviços de apoio onde a mulher procurará ajuda. Não há, necessariamente, uma ordem de onde isso acontece primeiro, pois o mesmo pode ser vivenciado somente dentro da família, ou unicamente nos serviços de proteção, ou apenas na comunidade. Do mesmo modo, pode haver também a presença do estigma dentro dos grupos sociais. Silva nos mostra como:

Quando o estigma passa a fazer parte do cotidiano de um dado grupo e de uma dada identidade social ou cultural, e quando, já formado, ele se cristaliza nas mentes de uma dada comunidade ou sociedade de massa, passa a gerar nessa mesma comunidade e sociedade um sentimento que se tornou mote para as grandes atrocidades cometidas contra o ser humano ao longo do século XX, qual seja, o sentimento de intolerância. Combatê-lo deve ser o princípio básico inerente a todo aquele que se propõe a lutar em favor dos direitos e da dignidade humana. (SILVA, 2010, p. 567).

Vivemos uma sociedade preconceituosa e conservadora, na qual a figura masculina foi criada para estar acima do gênero feminino, e, com isso, foi materializando estigmas e preconceitos, incluindo pensamentos de que a mulher deve “obedecer ao homem” e quando são violentadas, devem calar-se e aceitar as situações.

A autora Kiss (2008, p. 1949) nos revela, em um fragmento de uma entrevista, o pensamento de profissionais do serviço público sobre as vítimas. A autora afirma que, muitas vezes, as mulheres são julgadas equivocadamente, impondo-se uma forte carga moral diante de suas opiniões e difamando-as, responsabilizando as vítimas por estarem em situações de violência.

Isso ocorre quando a equipe não procura se especializar sobre o assunto, e, então, o senso comum pode vir à tona. A falta de informação/conhecimento faz com que esses profissionais desempenhem seu trabalho de forma automática, dispensando qualquer sensibilidade com a vítima, na maioria das vezes.

Contudo, não é somente a falta de informação que gera o problema. A dimensão cultural também pode ser um dos aspectos fundamentais do exercício do estigma e do preconceito, já que é passada de geração em geração. Essas ideias podem aparecer dentro do âmbito familiar, no formato de valores e crenças, fazendo a pessoa acreditar que a violência

doméstica pode ser culpa da mulher e que a figura feminina deve acatar as ordens do homem. Tais crenças perpassam também os universos privados dos próprios profissionais atuantes na área da proteção de mulheres vítimas de violência. Portanto, o movimento de autoanálise é necessário e consiste em um desafio cotidiano nesses espaços.

3.2 O enfrentamento do estigma e do preconceito nos casos de violência doméstica

O enfrentamento do estigma e do preconceito em relação às mulheres vítimas de violência doméstica deveria ser muito bem planejado. A cada ano os casos de feminicídio vêm aumentando. Segundo dados do Correio Braziliense de 2020, na pandemia, os casos tiveram um crescimento de 0,7% no Brasil em relação aos outros anos, causando imensa preocupação. Mesmo com a gravidade deste assunto, o enfrentamento adequado ainda se encontra muito tímido e precário nas redes de atendimento. Sobre isso, Xavier (2019) escreve:

Destaco um elemento primordial na atuação das DEAM's, quando no momento de denuncia das agressões, as mulheres relataram sentirem-se insatisfeitas com a forma como os policiais abordaram a situação, chegando a desvalidar o ato de denúncia, o que vai de desencontro ao processo de fortalecimento das Políticas Públicas de enfrentamento a violência contra as mulheres. (XAVIER, 2019, p.123).

O despreparo desses profissionais no enfrentamento de casos de violência doméstica resulta em julgamentos conservadores nos atendimentos, fato que deixa a vítima desconfortável para retornar ao ambiente ao precisar de amparo. Esse despreparo e distorção do sofrimento da vítima deslegitima-a a denunciar o espaço ou até mesmo a buscar por atendimento em outros postos e serviços. Ressalta-se, que, além do despreparo técnico, há a presença da cultura e de paradigmas que precisam ser quebrados, pois influenciam diretamente nos atendimentos, conforme já mencionado nesse trabalho.

Os estudos indicam também que há uma presença forte do estigma e do preconceito dentro dos serviços. Segundo Vieira

Grande parte dos estudos sobre redes intersetoriais e violência contra mulheres visa conhecer as práticas desenvolvidas pelos serviços e entender como estes se articulam. Enfoca-se a qualidade da assistência, sua capacidade de responder às demandas das mulheres e a possibilidade de articulação existente. Estudos avaliam existir um despreparo dos profissionais para trabalhar tanto com o tema da violência, quanto em uma perspectiva intersetorial o que faria perdurar um histórico de práticas preconceituosas e discriminatórias - principalmente nos setores de justiça e segurança pública – que reforçam estereótipos tradicionais de gênero e dificultam a oferta efetiva de cuidados. (VIEIRA, 2017, p.52-53).

A maioria dos serviços não exerce seu trabalho de forma emancipatória em relação aos seus usuários, detendo-se a um atendimento normatizado e pouco sensível em relação às situações, o que provoca relacionamentos abusivos entre equipe e usuários. O trabalho dessas equipes concentra-se apenas em saber da queixa, de como ocorreu o fato e, como sabe-se da propagação de julgamentos à vítima, o atendimento integral focado no cuidado fica prejudicado, fato que poderia resolver a situação.

O cuidado integral, segundo Vieira (2017), não se efetiva, pois o enfrentamento desse assunto é desgastante e cheio de incertezas, fazendo com que os profissionais sejam intolerantes por não saberem lidar com a situação, fato que prejudica seu trabalho. A tentativa de empatia é realizada muitas vezes pelos profissionais, mas o que necessita mesmo para que esse cuidado seja efetivado é uma equipe maior e melhor preparada, acompanhada por uma rede intersetorial mantendo em vista que a qualidade na infraestrutura faz toda diferença na hora desses profissionais atuarem.

A autora Lettiere aponta outro aspecto que dificulta a integralidade e a incontestabilidade dos atendimentos, que, muitas vezes, são focados apenas nas necessidades apresentadas por ora pela vítima,

No enfrentamento, às mulheres orientam-se, tendo por base as necessidades que possibilitam ser apreendidas pelas instituições sociais (saúde e segurança), ou seja, as de base normativa, o que é limitante para acessar aspectos de sua integralidade. Os agravantes da violência para a saúde e para a sua condição de vida são apenas tangenciados pelos profissionais, na apreensão de suas necessidades. (LETTIERE, 2011 p. 06).

O enfrentamento do estigma e do preconceito é um forte aliado na recuperação dessas mulheres, pois é na demonstração da empatia e no preparo do atendimento -livre de julgamentos- que a mulher sentir-se-á cuidada e assistida integralmente. Entretanto, infelizmente, isso dificilmente ocorre. Lettiere (2011) menciona a precarização do enfrentamento e como isso pode ser prejudicial às mulheres:

Estudo realizado pela Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres constatou que o ato violento, muitas vezes, é cíclico, pois as mulheres encontram diversos obstáculos e falta de medidas protetivas efetivas na busca de proteção, resultando em desgaste emocional e retorno à situação de violência. (LETTIERE, 2011, p. 07).

A falta de medidas protetivas e preparo da instituição para lidar com esses casos, desgasta a mulher emocionalmente. Em decorrência dos serviços ficarem realizando encaminhamentos de um lado para o outro e sem resultado, fato que ocorre devido à falta de comunicação entre a rede, resulta na volta da vítima para o ciclo de violência.

Assim, ressalta-se que o enfrentamento do estigma e do preconceito deve ser feito da forma mais humana e social possível, o profissional deve procurar colocar-se no lugar da vítima e entender o sofrimento vivenciado. Para que isso ocorra é indispensável a realização do trabalho intersetorial dentro das instituições, bem como, é fundamental a discussão de assuntos pertinentes ao estigma e ao preconceito, instigando os profissionais a repensarem suas formas de atuação em relação às vítimas, tornando, assim, o processo menos traumático possível.

3.3 Possibilidades de atendimentos de forma mais humanizada.

As mulheres que sofrem com estigmas e preconceitos em decorrência da violência sofrida necessitam de atendimentos mais humanizados, objetivando um cuidado de forma integral, para que elas consigam se desvincular dos episódios de violência. Vieira (2017) escreve:

[...] ano (2003), foi criada a Secretaria de Política Para Mulheres (SPM), com a tarefa de promover igualdade entre homens e mulheres combatendo todas as formas de preconceito e discriminação. O enfrentamento à violência contra as mulheres é uma das três linhas de ação da SPM que, desde sua criação, lançou diversas publicações que discutem, pactuam e orientam sobre o tema, sempre com a perspectiva das desigualdades de gênero e garantia de atenção integrada e humanizada para mulheres em situação de violência. (VIEIRA, 2017, p. 52).

O atendimento humanizado promove a criação de vínculos entre a mulher e os serviços, fazendo com que a mulher se sinta confortável e exponha suas angústias/sofrimentos, para que os profissionais consigam desempenhar seu trabalho integralmente e da melhor forma possível. Batista (2017) afirma que, para obter qualidade nos atendimentos às mulheres, necessita-se operacionalizar vários fatores.

Outro aspecto importante para um bom atendimento é que as ações dos(as) profissionais sejam livres de preconceitos e de julgamentos morais, para tanto estes(as) devem ser preparados técnica, ética e politicamente para oferecer assistência adequada e enfrentar a violência contra a mulher nestes espaços que

fazem parte da rota crítica percorrida por essas mulheres, principalmente, os serviços de urgência por serem procurados por elas após sofrerem uma agressão grave [...] (BATISTA, 2017, p. 59).

Segundo Vieira (2017), é necessário o reconhecimento dos usuários como sujeitos de direitos por parte dos profissionais, melhor infraestrutura dos equipamentos, criação de mais serviços especializados sobre o assunto, diálogo entre a equipe tanto acerca de informações quanto de questões relacionadas ao emocional das vítimas, estabelecimento de fluxogramas para que a mulher seja encaminhada a serviços que encontrará respostas e a implementação de lógicas de cuidado.

Entretanto, os próprios profissionais relatam despreparo para intervir nos casos de violência às mulheres, a autora supracitada menciona:

Os (as) profissionais relataram em sua maioria não terem passado por nenhum tipo de treinamento e/ou capacitação específica para trabalhar com esta demanda, o que explica em parte o despreparo para abordar, intervir e encaminhar esta demanda. No entanto, reconhecem a necessidade da criação de protocolos de atendimento específicos para estes casos para que se sintam mais seguros quanto à abordagem, intervenção, bem como acerca das orientações sobre os direitos das mulheres. (BATISTA, 2017, p.93).

Não só protocolos, mas também é necessário formação para desenvolver esse trabalho. Uma temática relevante para processos assim são os direitos das mulheres, direito a ser ouvida e acolhida, por exemplo. Xavier menciona como realizar um atendimento mais digno a mulheres vítimas, “ [...]o mais importante a ser destacado, é a possibilidade de proporcionar um espaço de fala para essas mulheres, espaço em que a reflexão sobre estas questões possa ser pensada a partir de suas falas e experiências” (RIBEIRO, 2017 apud XAVIER, 2019, p 54).

Quando se passa confiança através dos atendimentos às mulheres, possibilita-se que elas adquiram confiança na equipe, podendo sentir-se à vontade para relatar o que estão passando, fato que facilita a intervenção dos profissionais. Contudo, para que esse vínculo seja criado, os profissionais necessitam de boa capacitação sobre como promover o acesso aos direitos dessas mulheres. Para isso, “[...] necessitam de maior apropriação dos direitos das mulheres, para que o apoio a ser prestado pelo serviço, possibilite um espaço de segurança em que as mulheres que procuram ajuda sintam-se protegidas.”. (XAVIER, 2019, p. 123).

A apropriação dos profissionais sobre os direitos das mulheres garante uma melhor visibilidade de enfrentamento, transpondo maior segurança em suas falas. Quando as mulheres se sentem protegidas/seguras, sentimentos como a vergonha, a humilhação e a

culpabilização deixam de existir. Um dos maiores fatores da negação da ajuda por parte da mulher vítima é a vergonha. Batista escreve:

Muitas destas mulheres que sofrem violência reagem e resistem a esta situação de várias maneiras, muitas vezes usando o silêncio como uma das estratégias de defesa disponíveis naquele momento. Elas calam-se também por medo de enfrentar o olhar do outro e pela vergonha pública causada pela violência sofrida, além de ser uma estratégia para fugir de possíveis julgamentos, responsabilizações, acusações e dores daí decorrentes. (BATISTA, 2017, p.116)

Desse modo, para que não ocorra essa violência institucional, como já mencionado, e haja um atendimento mais humanizado, necessita-se que seja desenvolvido um trabalho livre de julgamentos. Lettiere (2011) demonstra que, para um trabalho sem julgamentos, é essencial o entendimento da sua atuação como algo não apenas técnico, mas que possuidor da instigação de novos saberes, significando e ressignificando o processo, produzindo a empatia de se colocar no mesmo lugar do outro. Não podemos deixar de mencionar também que é indispensável o conhecimento sobre essas violências e como elas podem ser agravadas, possibilitando a compreensão da importância de certas atitudes profissionais na vida dessas mulheres, mesmo as consideradas simples, com um atendimento respeitoso.

A criação de estratégias para falar sobre o assunto sem revitimizar ainda mais a mulher é fundamental nesse processo. Segundo Batista (2017)

[...]necessita-se de um trabalho de desconstrução dos estereótipos de gênero que alimentam visões e práticas sociais violentas, alheias aos direitos humanos das mulheres. Requer-se ainda o estímulo à construção de uma nova cultura de pensar e agir sobre essa questão, onde o respeito e o compromisso com os direitos humanos das mulheres sejam valores incorporados ao cotidiano de todos brasileiros (as). (BATISTA, 2017, p. 116-117).

Batista (2017) explica que o campo da educação pode ser uma estratégia muito válida no enfrentamento ao estigma e ao preconceito, objetivando atendimentos mais humanizados, desconstruindo a visão estereotipada entre homens e mulheres. É necessário, pois, acrescentar essa temática desde a educação infantil até a adulta, evitando riscos futuros e incorporando a compreensão na vida cotidiana. Ademais, Batista apresenta mais uma estratégia de atendimento:

Portanto, entende-se que ao convocarmos as mulheres vítimas de violência doméstica conjugal a falarem sobre o seu processo de estigmatização e sobre o modo de enfrentamento a situação de violência, destacando aspectos de vergonha, humilhação, culpa/culpabilização, estamos promovendo, na medida em que elas falam, uma possibilidade de reflexão e análise da experiência que somente elas

como atuantes na vivência deste conflito, podem apresentar elementos pertinentes as reflexões que me propus debruçar, bem como, a partir desta intervenção, produzir conscientização, fortalecimento comunitário, se a questão for discutida em um cenário mais amplo, e empoderamento nas suas particularidades. (BATISTA, 2017, p.130)

Batista (2017) considera uma forma de atendimento menos danosa à vítima quando ela pode falar sobre suas vivências, instigando reflexões a partir disso. O autor denomina esse método como uma possibilidade de produção subjetiva e social, garantindo também uma conscientização da vítima. Convidar a mulher a falar sobre suas opressões é também poder desconstruir esse preconceito/estigma que mulher cala quando é violentada.

4 Discussão dos resultados

O estigma, quando direcionado à mulher, possui muitas faces. Diante dos resultados apresentados anteriormente, entende-se que a mulher violentada sofre não apenas a violência física, mas inúmeras outras formas de violência como a sexual, patrimonial, moral e psicológica. Todas acarretam múltiplos danos à saúde da vítima. O estigma e o preconceito estão vinculados a essas formas de violência, potencializando os danos que atingem não somente a autoestima da mulher, mas diversos aspectos de seu cotidiano, principalmente as condições subjetivas da mesma. “Piadas” em relação a situação que a vítima se encontra, questionamentos sobre o fato, comentários maldosos com outras pessoas ao entorno delas, são mecanismos de expressão do estigma e do preconceito.

As situações mencionadas fazem com que a mulher passe por uma revitimização repetidas vezes, levando-a a pensar na culpa por vivenciar a situação de violência. Junto à culpabilização, surge a vergonha e a humilhação no ambiente que se encontra, ocasionando, muitas vezes, a desistência de fazer a denúncia e o desencorajamento do pedido de socorro.

Não pedir ajuda ou não realizar a denúncia, faz com que a mulher permaneça nesse ciclo que inúmeras vezes pode ser fatal. O agressor é o maior responsável pelo estigma, já que ao realizar os episódios de violência, também propaga palavras estigmatizantes. A autora Edler cita um exemplo: “o agressor culpava a vítima pela violência sofrida, afirmando que ela não era uma boa esposa, descuidava dos afazeres domésticos, não preparava as refeições da forma como ele gostava, etc.” (EDLER, 2016, p. 17). São essas frases/palavras que destroem

o emocional das mulheres, fazendo com que as mesmas não se desvinculem do ciclo de violência por se sentirem incapazes, havendo assim a manipulação por parte do agressor.

O preconceito e o estigma estão atrelados, podendo ocorrer tanto no âmbito familiar quanto no social. Geralmente ocorrem a partir de pensamentos conservadores na família, entendendo que o homem é o centro de toda aquela família e que a mulher deve ser submissa a ele. Essa perspectiva de sociedade é resultado do que vem sendo construído de geração em geração. Considerando aspectos culturais, os integrantes da família, muitas vezes, crescem vendo em seu meio familiar que a mulher é inferior ao homem e acreditam naquilo, tornando algo natural e correto, reproduzindo preconceito e estigma.

A autora Edler (2016) relata que o modelo patriarcal ainda não foi superado, mas passou por mudanças. Na infância, ele se apropria de afirmações como “o futebol que é coisa de meninos”, assim como “bonecas são para as meninas”. Aparentemente isso parece não trazer consequências futuras, mas influencia na construção cultural da demarcação de gêneros. Tais limitações trazem fortes estereótipos para o cotidiano dessas crianças que, no futuro, se tornam influenciadores de espaços como o local de trabalho ou até mesmo o próprio lar, designando certas atividades apenas a um gênero. (EDLER, 2016, p. 15).

Essa forma de estigmatizar e implantar o preconceito dentro das famílias vem desde a infância passando de geração em geração, fazendo com que as mulheres/meninas aceitem seus papéis domésticos impostos. Por isso, na ocorrência das situações de estigma e de preconceito, na maioria dos casos, as mulheres aceitam caladas por medo ou por falta de informação/conhecimento do assunto, acreditando ser algo comum, resultando no seu sofrimento silencioso.

Outro exemplo a ser citado sobre situações de preconceito é a sua ocorrência em lugares públicos e até mesmo dentro das instituições da rede de proteção. Isso ocorre por que os profissionais se encontram despreparados, sem clareza e conhecimento sobre a gravidade da materialização do preconceito e o quanto isso acarreta negativamente no enfrentamento da violência vivida. Em decorrência disso, deixam-se levar pelos julgamentos morais trazidos do seu seio familiar e também do cotidiano em que vivem, tornando o estigma e o preconceito como banais e não perceptíveis aos olhos do profissional.

O enfrentamento do estigma e do preconceito decorrente da violência doméstica, ainda não é algo que está sendo exercido adequadamente de forma humanizada. Existem algumas lacunas a serem preenchidas, as principais delas podem ser consideradas: falta de

sensibilidade dos profissionais nos processos e atendimentos e a quebra de paradigmas que impedem o trabalho na lógica da integralidade.

A cultura é um fator que influencia fortemente no desenvolvimento do trabalho do profissional que atua no enfrentamento da violência doméstica, caso esse tema não seja trabalhado. A partir do nascimento, o primeiro contato social é a família, na qual já existem crenças e valores que são passados de geração em geração, intervindo diretamente na construção da identidade pessoal.

Madureira evidencia como a cultura dificulta o enfrentamento da mulher pois,

[...]estão estreitamente relacionadas às características psicológicas, às suas crenças e aos seus valores culturais e existenciais. Dependem dos esforços individuais (suas habilidades, recursos pessoais e emocionais; e espiritualidade), e dos recursos sociais e materiais (rede de apoio). (MADUREIRA et al., 2014 apud SOUZA, SILVA, 2019, p. 156).

Madureira (2014), apresenta que a falta de informação dificulta o processo de enfrentamento. A partir disso, entende-se que as vítimas, muitas vezes, demoram para procurar ajuda e passam anos ou até uma vida inteira sofrendo estigmas e preconceitos por questão cultural, ponderando sobre as situações que estão vivendo/presenciando. Isso transcorre porque aquela mulher cresce dentro de um cotidiano de violência, onde passa a naturalizar aquele contexto e não entende sua vivência como violenta.

Essa naturalização de estigmas e de preconceitos também ocorre dentro das redes de apoio, influenciada pelo aspecto cultural construído juntamente com a identidade social do sujeito, antes de ser profissional. Cabe ao profissional, então, quebrar esses julgamentos, especializando-se mais sobre o assunto, compreendendo a gravidade desse e prezando sempre pela qualidade e efetividade da sua atuação profissional. Para isso, entretanto, é necessário que haja políticas públicas na área do enfrentamento da violência doméstica contra a mulher, a fim de que essa efetivação se concretize.

Um exemplo da necessidade de aprimoramento dos espaços de atendimento à mulher vítima de violência doméstica, refere-se ao próprio município de médio porte onde foram narrados os fatos de estigma e preconceito. Nesse município, assim como na grande maioria dos municípios brasileiros, há somente uma delegacia de polícia civil não específica para o atendimento à mulher. Sendo assim, tem-se dificuldade na construção de meios de enfrentamento humanizados à mulher em relação a esses profissionais, pois a realidade dessas

delegacias está baseada no trabalho quase hegemônico de figuras masculinas, dificultando a perspectiva de um atendimento empático, humano e sensível em sua rotina de trabalho.

A busca pela ajuda para o enfrentamento do estigma e do preconceito em relação à violência doméstica, na maioria das vezes, é algo árduo para as mulheres, pois ocorre a revitimização das mesmas. Para que isso seja evitado é essencial atendimentos e cuidados humanizados. O cuidado é um forte aliado no enfrentamento e deve ser intencional, segundo Labronici (2012)

[...] se concretiza mediante a situação de encontro e interação. É uma relação de troca, reciprocidade e descobertas. Cuidar neste contexto significa ajudar a vítima a superar as situações de violência vivenciadas, o que implica na ruptura com o outro e com o passado, para que assim possa se libertar e adaptar-se ao novo na construção de uma nova existência. (LABRONICI, 2012 apud SOUZA; SILVA, 2019, p. 162).

Labronici (2012), enfatiza que o conhecimento dos profissionais em relação aos recursos de enfrentamento disponíveis da rede, possibilita transformações no processo de rompimento do ciclo de violência. As mulheres chegam aos serviços fragilizadas e desestruturadas, procurando, apenas, por cuidados. Quando o profissional o exerce dentro da sua atuação, automaticamente está demonstrando empatia e se colocando no lugar e na dor daquela mulher. Ao mesmo tempo, demonstra também reconhecimento daquela usuária como uma pessoa de direitos, transmitindo isso a ela. Quando a mulher encontra redes de apoio que a visualizam como um todo, não preocupadas em resolver apenas as questões imediatas, desperta na mulher o sentimento de reconhecimento dentro daquele espaço, motivando-a a sair do ciclo de violência.

As políticas públicas são instrumentos fundamentais no enfrentamento do estigma e do preconceito em relação às mulheres vítimas. Segundo Teles e Melo (2003), “as políticas públicas representam um importante instrumento de transformação social e implementação da igualdade de gênero”. (TELES; MELO, 2003 apud CHABAN et al., 2019, p. 05).

A violência relacionada à mulher, quando discutida dentro das políticas públicas, possibilita que essa temática seja pensada considerando o papel do Estado e da sociedade civil no enfrentamento dessa questão. Desse modo, é possível garantir uma maior atenção ao direito de cidadania dessas mulheres, instigando a prevenção desse tipo de violência, tão presente em nossa realidade.

O autor Guarinello denomina o conceito de cidadania,

(...) cidadania implica sentimento comunitário, processos de inclusão de uma população, um conjunto de direitos civis, políticos e econômicos e, significa também, inevitavelmente, a exclusão do outro. Todo cidadão é membro de uma comunidade, como quer que esta se organize, e esse pertencimento, que é fonte de obrigações, permite-lhe também reivindicar direitos, buscar alterar as relações no interior da comunidade, tentar redefinir seus princípios, sua identidade simbólica, redistribuir os bens comunitários. (GUARINELLO, 2013, p. 43 apud MORAIS, 2013, p. 20912).

Guarinello (2013) aponta que a essência da cidadania envolve, além do exercício dos direitos, interesses mútuos. Pode-se observar, nesse contexto, a necessidade de compreensão da visão do outro para que possa ser exercida a cidadania, pois ela demanda processos de inclusão e de respeito ao desejo de todos.

Chaban (2019) revela que a atuação das políticas públicas viabiliza a superação das desigualdades geradas contra a mulher, promovendo os direitos sociais das mulheres e combatendo preventivamente o preconceito e os estigmas produzidos contra ela. Considerando essas questões, é possível afirmar, portanto, que a violência contra a mulher é responsabilidade de todos, exigindo cada vez mais que a sociedade civil e o Estado assumam seus papéis de proteção, fiscalização e cuidado. Assim, será possível potencializar o exercício da cidadania, que ainda se encontra em construção quando tratamos da questão da mulher.

5 Considerações Finais

Diante do exposto, conclui-se que o estigma e o preconceito em relação às mulheres vítimas de violência doméstica elevam ainda mais os traumas causados pela violência, e que, não apenas são causados pelo próprio autor do fato, mas também por pessoas do âmbito familiar ou da rede de apoio. Em razão dessa circunstância, a rede de enfrentamento fica prejudicada, principalmente quando há profissionais despreparados em relação às violências denominadas estigmas e preconceitos.

Entretanto, as políticas públicas auxiliaram de forma positiva em atendimentos mais humanizados às mulheres, principalmente em conjunto com a intersetorialidade. Garantindo, assim, uma forma de cuidado a essas vítimas fragilizadas, objetivando a integralidade do atendimento à vítima.

Dessa forma, podemos analisar que os objetivos propostos inicialmente nesse artigo foram atingidos. Uma vez que se pode identificar as formas de estigmas e de preconceitos

realizados contra a mulher vítima de violência, bem como, a forma que vem sendo feito o enfrentamento em relação a essa temática. Foi tratado, inclusive, sobre a ampliação do conhecimento sobre essas violências -estigma e preconceito-, em que se percebe a necessidade do uso da intersetorialidade para que as políticas públicas possam funcionar adequadamente, garantindo, assim, atendimentos mais humanizados na rede de enfrentamento.

O atendimento humanizado é decorrência do cuidado que a equipe reproduz com a intersetorialidade. Ressalta-se que, para que isso se torne efetivo, é necessário que o profissional exerça a empatia no seu trabalho, possibilitando o entendimento da situação que a usuária está vivenciando.

Ademais, ressalta-se que há despreparo dos profissionais no âmbito das políticas públicas voltadas ao enfrentamento do estigma e do preconceito, devido à necessidade de discussão pertinente sobre essa temática entre as equipes. Urge que seja visada a quebra de paradigmas culturais influenciadores na atuação desses profissionais, decorrentes até mesmo da falta de qualificação. A partir disso será possível fortalecer uma rede mais qualificada e garantidora de direitos em relação à mulher vítima de estigmas e preconceitos decorrentes da violência doméstica.

Considerando o problema da pesquisa: "quais as formas mais humanizadas de enfrentamento ao estigma e o preconceito presentes no cotidiano de mulheres vítimas de violência doméstica quando acessam as políticas públicas?", é possível afirmar que o cuidado do profissional com relação à vítima, pode gerar um laço de cumplicidade quando há empatia da parte técnica e garantia de um processo de enfrentamento e de quebra do ciclo de violência, o qual, então, torna-se menos árduo para a vítima.

Além disso, o uso da intersetorialidade dentro das políticas públicas é fundamental para tornar os atendimentos mais humanizados, pois possibilita o suporte integral da mulher, garantindo que a equipe trabalhe, em rede, todos os aspectos para a melhor intervenção possível. A rede, utilizando-se da intersetorialidade, permite também o aprimoramento dos profissionais que a compõem, garantindo uma visualização mais ampla e empática das violências vivenciadas pela figura feminina, resultando em cuidado integrativo dos atendimentos, vislumbrando uma perspectiva de superação da violência doméstica.

Referências

ARAÚJO, Maria de Fátima. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. *Psicol. Am. Lat.*, México, n. 14, out. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 out. 2021.

BARRETO, M. P. S. L. Patriarcalismo e o Feminismo: Uma retrospectiva histórica. *Revista Ártemis*, João Pessoa/PB, Vol. 1, 2004, 1-11, dez de 2004.

BATISTA, A. V. S. VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SAÚDE: O atendimento a mulheres em situação de violência doméstica em um hospital de urgência de Teresina. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI, 2017.

CHABAN, L. et al. **Serviço social em articulação com a rede de enfrentamento à violência contra a mulher:** sob a ótica das políticas públicas no município de várzea grande(mt). in: congresso brasileiro dos assistentes sociais, XVI, 2019, Brasília. *anais*. Brasília, 2019

CHAUÍ, M. **Senso comum e transparência.** In J. Lerner (Org.), *O preconceito* (pp. 115-132). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 1996/1997

CZAPSKI, S., S., S. R. A. O Assistente Social no Atendimento à Violência Doméstica Contra a Mulher. *Revista Travessias*. Cascavel/PR, v. 13, 2019, n. 2, p. 313 - 329, maio- agosto 2019.

EDLER, L. C. **Violência Silenciada:** Como o preconceito contribui para a persistência da violência contra a mulher. Projeto de Trabalho de Conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito, junto à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2016.

GOFFMAN, E. **Estigma:** Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. LTC, 1981.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-estado na Antiguidade Clássica. In: MORAIS, I. A. **A Construção Histórica do Conceito de Cidadania: O Que Significa Ser Cidadão na Sociedade Contemporânea?**. Curitiba-PR.2013. p. 20909-20922.

KISS, L. B; SCHRAIBER, L. B. Temas médicos-sociais e a intervenção em saúde: a violência contra mulheres nos discursos dos profissionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo - SP, 1943-1952, 2008.

Lettiere, A., & Nakano, A. M. S. (2011). Violência doméstica: as possibilidades e os limites de enfrentamento. **Revista Latino-Americana De Enfermagem**, 19(6), 1421-1428. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-11692011000600020>>. Acesso em nov. 2021.

LIMA, M. E. O; VALA J. As novas formas de expressão do preconceito e racismo. **SciELO**, Natal-RN, vol.9, 2004, nº3, Set/Dez de 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 3º ed Rio de Janeiro: DP & A editora, p. 26-76, 2000.

SILVA, L.L. ET AL. **Silent violence: psychological violence as a condition of domestic physical violence**. Interface - Comunic., Saúde, Educ., v.11, n.21, p.93-103, jan/abr 2007.

SILVA, G. S. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **SciELO**, Brasília, v. 30, 2010, n° 3, setembro, 2010.

SANTOS, M. **Brasil registra um caso de feminicídio a cada 6 horas e meia**. Correio Braziliense. Brasília-DF, 15 de julho de 2021. Acesso disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/07/4937873-brasil-registra-um-caso-de-feminicidio-a-cada-6-horas-e-meia.html>>. Acesso em nov. 2021.

SANTOS, T. S. **O estigma sofrido por mulheres vítimas de violência doméstica**. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Saete-Teresinha-dos-Santos.pdf>>. Acesso em 08 de dezembro de 2020.

SOUZA, Marjane Bernardy e SILVA, Maria Fernanda Silva da. **Estratégias de enfrentamento de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão da literatura brasileira**. Pensando fam. [online]. 2019, vol.23, n.1, pp. 153-166. ISSN 1679-494X.

VIEIRA, E. M; HASSE, M. Percepções dos profissionais de uma rede intersetorial sobre o atendimento a mulheres em situação de violência. **SciELO**. Ribeirão Preto - SP, 21,2017, 60, 51-62, 2017.

XAVIER, N. F. **Processos de estigmatização e de enfrentamento à violência conjugal vivenciados por mulheres**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2019.